

CAPÍTULO XI

Acumulação e Desenvolvimento

O modelo de subdesenvolvimento industrializado torna-se vigente no Brasil a partir dos anos cinqüenta. Ao contrário do modelo de substituição de importações, que vigorava a partir de 1930, este novo padrão de acumulação modifica profundamente a pauta de exportações do país. O Brasil, que sempre fora uma economia primário-exportadora, passa a exportar cada vez mais produtos manufaturados. Durante os anos setenta as exportações de manufaturados e semimanufaturados já eram superiores às exportações de produtos primários no Brasil, representando 51,9% das exportações totais em 1980. Considerando-se apenas as exportações de manufaturados (excluídos os semimanufaturados), o crescimento foi também extraordinário: em 1968 representavam apenas 9,3% e em 1980 alcançaram 42,0% das exportações totais do país.

Na verdade, a economia brasileira, que nos anos trinta acelerava seu processo de industrialização via substituição de importações, nos anos cinqüenta, com a entrada das multinacionais e a intervenção crescente do Estado, dá um salto qualitativo. Desenvolve-se de maneira explosiva e ao mesmo tempo aprofunda os desequilíbrios e a concentração da renda.

Uma forma simplificada de abordar essas transformações é comparar a industrialização do modelo de substituição de importações, na forma que se apresentava durante os anos trinta e quarenta, com a industrialização baseada no modelo de subdesenvolvimento industrializado, a partir dos anos sessenta (deixando-se os anos cinqüenta como um período de transição).

No modelo de substituição de importações a tecnologia industrial era simples e trabalho-intensiva, as empresas relativamente pequenas (atividades sem grandes economias de escala). No modelo de subdesen-

volvimento industrializado a tecnologia é complexa e capital-intensiva, as empresas são muito maiores.

O setor dinâmico na velha industrialização é o de bens leves de consumo (Departamento II); na nova industrialização o comando do processo industrial cabe ao setor de bens duráveis de consumo (Departamento III) e, na segunda metade dos anos setenta, quando o modelo começa a esgotar-se e a entrar em crise, ao setor de bens de capital (Departamento I).

A liderança empresarial na primeira etapa cabe a empresários nacionais; na segunda às empresas estatais e multinacionais.

O modelo de substituição de importações é voltado para dentro. As exportações entram em estagnação e a pauta de exportação permanece inalterada, primário-exportadora. O coeficiente de importações (importações em relação ao produto) cai sistematicamente. Apenas a pauta de importações se altera: o Brasil deixa de importar bens de consumo para importar bens de capital e matérias-primas. Já no modelo de subdesenvolvimento industrializado a economia volta-se para fora. As exportações crescem e se diversificam. O país transforma-se em exportador crescente de manufaturados, ultrapassando definitivamente a fase primário-exportadora. O coeficiente de importações cresce ainda que moderadamente.

Em ambos os modelos de industrialização a renda se concentra, mas concentra-se muito mais no segundo padrão de acumulação. A razão básica para isto é simples. No modelo de substituição de importações era possível favorecer a industrialização também via transferência de renda do setor exportador (café principalmente), enquanto no modelo de subdesenvolvimento industrializado, esgotada a possibilidade do confisco cambial sobre o café devido à queda dos preços internacionais a partir de 1954, só passava a ser possível extrair renda dos trabalhadores via mais-valia absoluta e relativa.

Os dois modelos levaram ao desequilíbrio externo e à inflação. Os dois modelos favoreceram a acumulação em detrimento dos salários dos trabalhadores. Mas nem em um nem em outro a taxa de acumulação cresceu de maneira decisiva, porque o departamento propulsor do desenvolvimento era sempre produtor de bens de consumo: não duráveis no primeiro caso, duráveis no segundo. Apenas no final do modelo de subdesenvolvimento industrializado, em meados dos anos setenta, a liderança industrial passou para a indústria de bens de capital sob encomenda e para as empresas estatais, mas nesse momento o modelo já estava em crise.

O fato de a taxa de acumulação de capital (formação bruta de capital fixo) ter alcançado 26,8% em 1975, conforme se pode ver pelo Quadro VII, deve-se mais ao aumento da utilização de poupança externa

QUADRO VII — *Taxas de Acumulação e Desenvolvimento*

<i>Anos</i>	<i>Taxa de Acumulação de Capital</i>	<i>Taxa de Poupança Externa</i>	<i>Taxa de Crescimento do PIB</i>
1970	21,7	1,3	8,3
1971	22,5	2,8	12,0
1972	22,7	2,2	11,1
1973	23,4	1,9	14,0
1974	24,9	5,2	9,5
1975	26,8	4,6	5,6
1976	26,6	3,7	9,7
1977	24,9	2,1	5,4
1978	25,2	3,3	4,8
1979	24,7	4,2	6,7
1980	24,3	4,5	7,9

Obs.: 1) Taxa de Acumulação de Capital = Formação Bruta de Capital Fixo/Produto Nacional Bruto.

2) Taxa de Poupança Externa = Saldo do Balanço de Pagamentos em Conta Corrente/Produto Nacional Bruto.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, *Conjuntura Econômica*, janeiro/82.

(via déficits na balança de transações correntes e conseqüente financiamento externo) do que a um efetivo aumento de poupança.

De qualquer forma, apesar de todos os desequilíbrios que iremos examinar, é preciso não subestimar o extraordinário processo de desenvolvimento econômico por que passou o Brasil nos últimos cinquenta anos.

O Brasil não foi capaz de criar aqui uma sociedade mais justa, mas sem dúvida criou uma sociedade mais capitalista e mais desenvolvida. Até 1930 o Brasil era um país agrícola. Entre 1930 e 1960 industrializou-se via substituição de importações. Depois de 1960 desenvolveu um parque industrial poderoso, integrado e tecnologicamente sofisticado.

Taxas de crescimento em torno de 7% ao ano permitiram um grande aumento na produção por habitante, embora a taxa de crescimento da população também fosse excessivamente grande.

É importante, entretanto, assinalar que, enquanto a taxa de crescimento da produção se mantinha aproximadamente naqueles níveis, a taxa de crescimento da população reduzia-se devido principalmente à diminuição da taxa de natalidade. De fato, a taxa de crescimento anual da população caiu de 2,99% nos anos cinquenta e 2,89% nos anos quarenta para 2,49% nos anos setenta. Esta redução foi possível porque a taxa de

natalidade, que era de 43,2 por mil nos anos cinquenta caiu para 33,0 por mil nos anos setenta, enquanto a taxa de mortalidade caía menos acentuadamente de 14,2 por mil para 8,1 por mil. A diferença entre essas duas taxas resulta no aumento da população. A diminuição da natalidade deveu-se principalmente ao processo de urbanização, já que as famílias urbanas tendem a ter menos filhos. Em 1940 apenas 37,2% da população brasileira era urbana, enquanto em 1980 essa porcentagem já alcançava 67,6%. Mas deveu-se também ao surgimento de uma camada média urbana, que também limita o número de seus filhos. O Quadro VIII resume a evolução da população brasileira.

Em consequência desse aumento de renda por habitante, apesar de toda a concentração de renda e da marginalização de uma parcela ponderável da sociedade, não há dúvida que houve acumulação e desenvolvimento.

Novas classes e novas ideologias surgiram. A burguesia mercantil e latifundiária foi substituída aos poucos pela burguesia industrial, primeiro na liderança do processo econômico e mais tarde (presentemente) na direção do processo político. Ao nível das camadas médias, ao lado da pequena burguesia, surgiu uma nova classe, a tecnoburocracia. A classe operária cresceu, diversificou-se, assumiu crescente consciência política.

E o processo político, que era oligárquico e cartorial até 1930, transformou-se em populista a partir de então, mas no final dos anos setenta, depois de um interregno autoritário, havia claras indicações de que o país caminhava para uma política de caráter ideológico.

QUADRO VIII — *Evolução da População Brasileira*

<i>Ano</i>	<i>População (1 000 hab.)</i>	<i>Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)</i>	<i>Natalidade por mil habitantes</i>	<i>Mortalidade por mil habitantes</i>
1872	9 930	—	—	—
1890	14 334	2,01	—	—
1900	17 438	1,98	—	—
1920	30 636	2,88	—	—
1940	41 165	1,49	—	—
1950	51 942	2,39	44,4	20,9
1960	70 070	2,99	43,2	14,2
1970	93 139	2,89	38,7	9,8
1980	119 099	2,49	33,0	8,1

Fonte: IBGE.

Obs.: As taxas referem-se aos intervalos entre as datas dos censos.

Em todo esse período assistimos à transformação do Brasil em uma economia em que o processo de acumulação de capital torna-se endógeno e cíclico. A dinâmica do processo, que no período primário-exportador vinha de fora, passa a vir de dentro. Embora a economia permaneça fortemente integrada e dependente do sistema capitalista internacional, no qual o Brasil já figura como o oitavo mercado em dimensão, o clássico processo de acumulação, sobre-acumulação e crise passa a depender basicamente da própria dinâmica interna da economia brasileira.